



Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal

13-15 de março de 2013
FCSH-UNL
Vol. I

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Instituto de História Contemporânea



Título: *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Revisão: Paula Paço

Fotografia da capa: © Centro de Estudos Operários – Memória Laboral

Edição: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

ISBN: 978-972-96844-6-3

Lisboa, Abril de 2016

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04209/2013.

O despontar do movimento operário na esfera pública nos anos 50 do século XIX

João Lázaro*

Introdução

Esta comunicação, apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado na FCSH entre 13 e 15 de Março de 2013, é parte integrante da dissertação de mestrado que foi desenvolvida no ISCTE –IUL: “O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública (1850-1860)”. Dissertação defendida em 2013 e que em 2014 foi alargada e publicada em livro pela Chiado Editora: *O despontar do movimento operário português na esfera pública: das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. A dissertação pretende abordar o movimento operário, dando ênfase a algumas práticas e discursos que começam a emergir em espaço público nesta fase, nomeadamente, o jornal *Eco dos Operários* e o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e o seu jornal. Portanto, foca um período pouco explorado pela historiografia, contendo uma singularidade: a de observar o movimento operário e o mundo operário não como objetos isolados, mas através da respetiva inserção no debate público da época, nomeadamente o que se exprime no discurso parlamentar. Porém, na data em que a comunicação foi apresentada, apenas tinha sido investigada uma parte dos debates parlamentares e o jornal *Eco dos Operários*, ou seja, o trabalho de investigação ainda estava em curso. Por conseguinte, apenas tem espaço nestas linhas a informação abordada até esse dia.

É através da Regeneração que surge um processo de osmose na política nacional, que irremediavelmente põe fim a vários e persistentes conflitos no interior da elite liberal. Como salienta José Miguel Sardica é, justamente, entre 1848 e 1851 [que] o país assiste à extinção simétrica dos extremos, com o fracasso das revoluções europeias a domesticar as ambições dos radicais

* Licenciado em História e Mestre em História Moderna e Contemporânea, na vertente de Cultura, Cidadania e Política, ambos pelo ISCTE-IUL. Atualmente, doutorando em História Moderna e Contemporânea na mesma faculdade. Email: joaodizlazar@gmail.com

portugueses [...] o triunfo da regeneração foi a versão portuguesa do triunfo da “era do capital” sobre a “era das revoluções”¹.

Uma visão próxima à apresentada por Victor de Sá quando afirmou que com a Regeneração ocorreu “a conciliação [das] fações opostas do liberalismo, que daí para diante passaram a dispor placidamente das alavancas do poder estatal, através de governos alternativos”². Neste campo é importante frisar que o Código Penal (1852), embora fosse omissivo em relação às condições de trabalho, ao descanso semanal, aos horários, à higiene e acidentes de trabalho, à admissão de menores nas fábricas, não o era em relação ao uso da greve e do associativismo. Condenava a prática reivindicativa da greve, ao mesmo tempo que enquadrava o associativismo.

Embora fosse na década de 1840, durante o governo do famigerado Costa Cabral, que ocorreu a assinatura do primeiro contrato para a construção de uma linha férrea em Portugal e foram construídas estradas empedradas, na verdade é o projeto regenerador que, de facto, proporciona uma ampla edificação das vitais infra-estruturas e vias de comunicação no País (selos postais, linhas telefónicas, serviço telegráfico, pontes, estradas e a linha ferroviária). Portanto, os anos 50 do século XIX são um período onde germina uma dinâmica capitalista em Portugal, provocando desse modo profundas alterações no tecido económico, social e político. Esta nova realidade propicia o surgimento de uma geografia industrial em Portugal em novos moldes. Embora seja forçoso dar razão a Carlos da Fonseca, quando afirma que nesta fase ainda persista um forte “predomínio das profissões de velho estilo e da pequena indústria oficial”³, a implantação de fábricas começa, vagarosamente, a ser uma realidade, nomeadamente em Lisboa e Porto, mas também em Tomar, Covilhã, Aveiro, Torres Novas e noutras regiões. As “fábricas passam a localizar-se na proximidade dos centros de consumo e de vias de transportes e cada vez menos em locais inóspitos, próximos de quedas de água ou de matas”⁴. De facto, a ideia de desenvolver e de implantar o “progresso” em Portugal durante esta

¹ Sardica, José Miguel, *A Regeneração sob o Signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Viseu, ICS, 2001, p. 300.

² Sá, Victor de, “A subida ao poder da burguesia em Portugal”, *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5, pp. 251-252.

³ Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. II - Os Primeiros Congressos Operários 1865-1894*. Viseu, Publicações Europa-América, p. 20.

⁴ Madureira, Nuno Luís & Teives, Sofia (2005), “Os ciclos de desenvolvimento”. In: *A História da Energia. Portugal 1890-1980*, Livros Horizonte, p. 15.

década é gritante: “Sr. Presidente, a população e a indústria”, afirma o deputado Macedo Pinto, “são os dois principais elementos, as duas bases mais sólidas nas quais se funda a prosperidade e grandeza das nações modernas”⁵.

É dentro deste panorama histórico que foi situada a comunicação apresentada no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, estando dividida em duas partes, uma sobre o periódico *Eco dos Operários* e outra sobre os debates parlamentares referentes ao mundo operário. No fim são apresentadas algumas conclusões ainda em estado embrionário.

Eco dos Operários

O *Eco dos Operários* é um periódico operário inicialmente publicado em Abril de 1850 e que finda a actividade em Outubro de 1851. Autodenominava-se revista de cariz social e literária, tendo sido impulsionado por dois importantes intelectuais socialistas desse tempo: o engenheiro ferroviário Francisco Maria de Sousa Brandão e o jornalista/romancista Lopes de Mendonça. Posteriormente, a redação do jornal é ampliada com a entrada do importante operário tipográfico Vieira da Silva Júnior (que mais tarde irá ocupar o cargo de vice-presidente do Centro Promotor) e, em setembro de 1851, quatro intelectuais de relevo: Henriques Nogueira (autor do importante estudo *Reforma em Portugal*), José Maria Chaves (operário serralheiro), L. A. Palmeirim (jornalista e escritor) e Carlos Ramiro Coutinho (estudante de direito, futuro visconde de Ouguela). Neste periódico é possível observar a publicação de textos da autoria do que o filósofo francês Jacques Rancière apelidou de “operário-escritor”⁶. É o caso dos longos poemas da autoria do “poeta operário” F. Gomes de Amorim, denominados “Liberdade”⁷ e “Portugal”⁸. O próprio Vieira da Silva Júnior chega a elaborar um romance: *A filha de um operário*. Ainda havia no jornal publicidade a vários romances e obras teóricas que eram publicados em Portugal, com a informação do preço e do lugar de compra. Nesta vertente literária, o *Eco dos Operários* não deixava de frisar que era “quase uma moda consagrada na literatura os protestos contra a organização social”⁹. O historiador José Tengarrinha engloba o periódico *Eco dos Operários* numa

⁵ Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

⁶ Rancière, Jacques, *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa, Antígona, 2012.

⁷ *Eco dos Operários*, 4 de junho de 1850, n.º 6, p. 6.

⁸ *Eco dos Operários*, 19 de outubro de 1850, N. 25, p. 6.

⁹ *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, n.º 17, p. 7.

primeira fase da imprensa de cariz operário que é publicada a partir de 1850. Segundo este autor, estamos perante uma imprensa que funciona como uma “tribuna de luta social, apresentando limites e objetivos cada vez mais definidos e perdendo, progressivamente, o carácter literário, que a princípio lhes estava intimamente ligado”¹⁰.

Embora tenha sido publicado apenas durante dois anos, a sua importância é incontornável na história do movimento operário em Portugal, visto ter sido um fruto da primeira geração de pensadores socialistas portugueses que adquiriram consciência da questão social no mundo do trabalho. Segundo as palavras de Sousa Brandão, um dos deveres do jornal era “dar a conhecer os diversos sistemas com que o socialismo pretende resolver os problemas sociais”¹¹. A nota introdutória do primeiro número do *Eco dos Operários*, rubricada por Lopes de Mendonça, é demonstrativa da missão a que se propunha o jornal, tentando contrariar a ideia de que a “classe operária [...] tão inteligente, e tão cheia de nobres instintos, tão confiada nos destinos que a civilização lhe reserva, adormece, apesar disso, na ignorância, e no desleixo intelectual”¹².

Ou seja, era ideia matriz do jornal efetivar um contacto com o mundo do trabalho e, nomeadamente, agrupar em torno de si os operários, garantindo-lhes desse modo uma certa instrução teórica, literária, noticiosa, política e ideológica.

Perante tal realidade, era propósito do jornal suscitar a devida discussão e aprendizagem nos operários, bem como pretendia funcionar como um tipo de catalisador na conexão e diálogo dos vários sectores operários e laboriosos, que estavam até aí, desligados, em torno do jornal e, em última instância, da associação. No entanto, tudo isto, sempre com a afirmada ideia de “advogar a causa da ordem”¹³.

Esta geração de socialistas que tenta agrupar em torno de si o mundo operário é fortemente marcada e inspirada pelas revoluções francesas de 1789, 1830 e, particularmente, a de 1848. Por exemplo, se a primeira data revolucionária é encarada como a “imortal revolução de 1789”¹⁴, a Primavera

¹⁰ Tengarrinha, José, *História da imprensa periódica em Portugal*. Lisboa, Portugal Ed. Imp, 1965, p. 174.

¹¹ *Eco dos Operários*, 28 de Abril de 1850, n.º 1, p. 5.

¹² *Eco dos Operários*, 28 de Abril de 1850, n.º 1, p. 1.

¹³ *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, n.º 1 p. 1.

¹⁴ *Eco dos Operários*, 1 de agosto de 1850, n.º 14, p. 1.

dos Povos (1848) é encarada com a sugestiva frase: “exprime um novo horizonte para os ideais, um novo campo de batalha para os homens”¹⁵.

É embebida num espírito revolucionário que marcou presença um pouco por toda a Europa que esta geração de intelectuais socialistas tenta transformar a realidade do mundo operário português, estando o seu jornal (*Eco dos Operários*) munido com ideias de inspiração democrática, republicana e, nomeadamente, socialista. É através, sobretudo, de uma amálgama de correntes do socialismo utópico, (Louis Blanc, Fourier, Proudhon, entre outros) que se tenta transformar a realidade nacional. Porém, o socialismo, ou melhor dizendo, os socialismos difundidos no *Eco* contêm um forte traço ordeiro e conciliador. Na expressão de Vieira da Silva, a finalidade social era a de “dar remédio pacificamente a males que nos outros países têm aberto largas e profundas chagas”¹⁶; mais tarde, o mesmo autor afirma categoricamente: “o operário que de punho erguido nos pede o irrealizável tem para nós o mesmo conceito que o avarento empresário”¹⁷. Ainda na vertente ideológica, o *Eco dos Operários* chega a afirmar:

Nós não somos fourieristas na acepção rigorosa do termo. Apresentamos um esboço de ideias do celebre reformador, o seu método de organização do trabalho, como para traçar o mapa de opiniões no sentido socialista, e nunca como sendo o quadro definitivo, o ideal realizado da sociedade futura¹⁸.

Esta postura, claramente defensiva, tinha como destinatário o jornal *A Esmeralda*, pois Custódio José Vieira tinha anunciado “o jornal [*Eco dos Operários*] declarou-se fourierista”¹⁹, para de seguida reivindicar: “queremos um lugar para o nosso mestre Louis Blanc”²⁰. De facto, a publicação do *Eco dos Operários* não passa despercebida no espaço público. Vários historiadores já frisaram a importância do jornal *A Esmeralda*, publicado no Porto, na transmissão das ideias socialistas; no entanto, pretendemos aqui destacar a importância que *A Esmeralda* dava ao próprio *Eco dos Operários*. Assim, é de ter em conta que o jornal *A Esmeralda* encarava o *Eco* como fruto da “necessidade de uma publicação que fosse o órgão do socialismo em Portugal”²¹, sendo ainda o responsável pela solução e o estudo de vários e terríveis fenómenos sociais

¹⁵ *Eco dos Operários*, 7 de dezembro de 1850, n.º 32, p. 1.

¹⁶ *Eco dos Operários*, 6 de Setembro de 1850, n.º 19, p. 5.

¹⁷ *Eco dos Operários*, 9 de Novembro de 1850, n.º 28, p. 3.

¹⁸ *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, n.º 17, p. 1.

¹⁹ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 92.

²⁰ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 92.

²¹ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 90.

presentes no mundo do trabalho, expondo os “interesses do povo, os interesses da classe operária”²² e, por isso, escrevia de uma forma indubitável que o “*Eco dos Operários* deve chegar a toda a parte, devem todos lê-lo e estudá-lo, devem todos aprender nele”²³. O nascimento do *Eco* chega a ser anunciado como “um grande acontecimento, uma revolução”²⁴. Por contraste, a *Revista Universal Lisbonense*, ao transcrever os discursos dos redatores do *Eco dos Operários* na sessão de aniversário do décimo segundo ano da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, não deixa de frisar que não partilhava parte das opiniões transmitidas nesse jornal.

Em grande medida, um jornal com as características do *Eco dos Operários* faz emergir no espaço público um debate sobre a questão operária e até ideológica. Por vezes, o debate torna-se mesmo em polémica. Exemplificando, os principais redatores do jornal – que não eram operários, mas sim intelectuais oriundos de sectores burgueses – são, por diversas vezes, alvo de críticas feitas através de cartas anónimas remetidas para o próprio jornal ou publicadas noutros jornais, originando respostas. É o caso de um denominado “socialista” que acusou o *Eco dos Operários* de “vestir muito à francesa”²⁵. Ao passo que, quando um operário tipográfico, Guilherme Teixeira, expõe no *Eco dos Operários* uma denúncia sobre um regulamento interno e atrasos de ordenados que estavam a ocorrer numa tipografia em Lisboa (Imprensa Nacional), provoca a publicação de uma carta rubricada com um “X” num outro jornal, *A Revolução de Setembro*, a desmentir tais acusações.

O jornal chega, inclusive, a entrar em confronto com alguns deputados. Lopes de Mendonça, por exemplo, critica um artigo publicado na imprensa da autoria de um deputado liberal, Afonseca (porventura, será o deputado Luís Vicente de Afonseca). Este último tinha afirmado na *Revista Universal Lisbonense* a ocorrência de contrabando no interior de fábricas nacionais. Face a isto, Lopes de Mendonça afirmava que tal comentário apenas denegria a indústria nacional retorquindo que “as fábricas em Portugal não são uma história, mas têm uma história honrosa, que não pode ser confundida com os anais da agiotagem, nem com as atas do parlamento”²⁶.

²² *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²³ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²⁴ *A Esmeralda*, 22 de julho de 1850, n.º 12, p. 91.

²⁵ *Eco dos Operários*, 6 de Setembro de 1850, n.º 19, p. 2.

²⁶ *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, n.º 2, p. 3.

Além das discussões e do debate que o *Eco* promove na esfera pública, é também de destacar que o próprio jornal descrevia várias ações de cariz operário que ocorriam publicamente. Por exemplo, em Setembro de 1851 há uma descrição pormenorizada de uma reunião eleitoral de operários, onde, segundo o jornal, estiveram presentes mais de 300 operários. Nessa reunião a discussão parece ter sido bastante acesa, com operários a defender uma candidatura operária para a Câmara dos Deputados, enquanto outros apenas defendiam a eleição de um representante do mundo operário. A desigualdade eleitoral resultante da premissa censitária em vigor fez que o operário Amorim alertasse para o facto de em várias “paróquias não haver eleitores operários em quem votar”²⁷. Perante o panorama censitário, esse operário afirmava a necessidade de não discutir a candidatura de um operário, mas sim a própria questão do recenseamento em Portugal. No entanto, embora houvesse a noção dessa desigualdade, a ideia dos dirigentes socialistas foi de não de hostilizar “nem ainda [que] levemente o Partido Progressista, nem qualquer governo moral e honesto”²⁸. Ficando decidido apoiar esse mesmo partido e concorrer nas suas listas. A questão da representação operária no parlamento liberal foi bastante debatida nas hostes desta imprensa operária. Vieira da Silva Júnior chega a lamentar o facto de o operário José António de Amorim não ter aceite ser candidato pelo Partido Progressista na freguesia de Santa Catarina, avisando no *Eco* que havia nomes que não pertenciam ao indivíduo, mas sim a uma ideia que representam²⁹. Lopes de Mendonça, que participou nessas reuniões eleitorais, vai lançar publicamente, tempo depois, um texto contendo algumas ideias inflamadas, e onde demonstra ser totalmente partidário de uma candidatura operária. O texto intitulava-se, precisamente, “A Candidatura de um Operário”.

Importa ainda destacar que a ideia de associação é vital no pensamento teórico do jornal, de tal modo que essa forma organizativa é encarada como capaz, por si só, de resolver vários problemas sociais que afetavam o mundo operário, como também a própria mendicidade e até a prostituição.

A esta luz, não é de admirar que acabe por ser formada, a 27 de maio de 1850, uma associação operária: Associação dos Operários. Esta associação tinha como porta-voz o *Eco dos Operários* e pretendia estimular os operários a tomarem parte na mesma. Esta associação será encarada pelos dirigentes do

²⁷ *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, n.º 48, p. 2.

²⁸ *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, n.º 48, pp. 2-3.

²⁹ *Eco dos Operários*, 25 de outubro de 1851, n.º 52, p. 35.

movimento operário como um “primeiro ensaio”³⁰, que detinha uma atitude pacífica de “regenerar os operários, desfavorecidos, mata[r] a pobreza e a mendicidade, sem incomodar por pretexto algum nem o governo nem as instituições”³¹. No entanto, o próprio *Eco dos Operários* acaba por informar que a “polícia, ou política, entidades quase sinónimas no espírito e na matéria, proibiu a associação”³². Seja como for, toda a experiência obtida pela constituição deste tipo de associativismo permite antever uma antecâmara do que seria, um pouco mais tarde, o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas.

Debate parlamentar

Simultaneamente a esta discussão e ao debate público que é realizado na imprensa, é de destacar que também ocorre um interessante debate sobre o mundo operário no interior das câmaras liberais. Por diversas vezes os deputados liberais levantam e tratam problemáticas relacionadas com o mundo operário, dando um grande destaque à questão social. Os debates parlamentares são, nesta medida, uma boa fonte para avaliar o impacto da questão social em Portugal.

Em 1853 ocorre um debate em torno do orçamento da Marinha, surgindo uma proposta da bancada progressista (histórica) no sentido de reduzir as despesas pela via da redução do pessoal da Cordoaria. Perante esta proposta, o deputado regenerador Mello Breyner contesta-a, afirmando que não podia ter a sua aprovação, visto que havia “mais de 300 operários, que por força, seriam despedidos, e assim, outras tantas famílias reduzidas à miséria”³³. Ou seja, este deputado alertava para que tal proposta apenas redundava na miséria de 300 operários e suas famílias. A questão social é tratada com grande destaque nos debates parlamentares, eventuais despedimentos são encarados como um meio para chegar aos “horrores da miséria”, como vários deputados a apelidam. Além deste receio social, havia outros deputados que alertavam para que o fim do emprego no mundo operário poderia originar “perturbações que será muito difícil de sossegar”³⁴. É interessante perceber que os homens fortes da

³⁰ *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³¹ *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³² *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, n.º 23, p. 1.

³³ Câmara dos Senhores Deputados, 13-07-1853, p. 200.

³⁴ Câmara dos Senhores Deputados, 02-08-1854, p. 31.

regeneração apresentam várias soluções no sentido de atenuar esta problemática social através do incremento das obras públicas. O próprio Fontes Pereira de Melo (figura incontornável do Partido Regenerador), enquanto ministro da Fazenda, afirma categoricamente que graças à construção do caminho-de-ferro foi possível que durante dois anos “três mil operários [tenham] tido o pão de cada dia”³⁵.

As condições de trabalho começam já a surgir no debate parlamentar. No findar da década de 50, em 1858, o deputado Tomás de Carvalho (do Partido Progressista Histórico) na sequência de um alerta deixado por um outro deputado da bancada regeneradora (José Estevão), deslocou-se propositadamente à Rua da Prata, onde estavam entre 20 e 30 trabalhadores a efetuar a limpeza dos canos de Lisboa. Posteriormente, o deputado afirmou no parlamento, questionando o próprio ministro das Obras Públicas, que neste tipo de laboração

não havia uma atmosfera livre e suficiente para os operários poderem progredir nos trabalhos da limpeza, mas a ciência indica os meios para estabelecer as correntes de ar, de modo que os operários não sejam molestados pelos maus gazes das matérias contidas nos canos³⁶.

No mês seguinte, o mesmo deputado voltava a reiterar a sua preocupação. Em Março de 1858, o ministro do Reino (Marquês de Loulé) afirmava em debate que estavam internados no Hospital de São José quatro trabalhadores que estavam “empregados na limpeza dos canos da cidade”³⁷ de Lisboa por apresentarem sintomas de febre amarela.

De facto, parece ocorrer uma interacção entre o mundo operário e os próprios deputados liberais, isto é, temos informação no debate parlamentar que há um contacto directo entre os deputados liberais e os trabalhadores, sendo desse modo tratados vários assuntos relacionados com a questão social e laboral patente no mundo operário. Em 1853 é debatido no parlamento o facto de haver operários que tinham entrado como aprendizes para o Arsenal da Marinha há 7 anos atrás e ainda continuavam a receber o mesmo, chegando a ser remetido para a mesa um requerimento dos operários do Arsenal da Marinha que apresentava uma queixa sobre o valor dos salários. Mais tarde, é debatido o trabalho aos domingos e dias santos. É curioso verificar que há vários requerimentos de operários entregues na Câmara de natureza distinta e

³⁵ Câmara dos Senhores Deputados, 02-04-1856, p. 27.

³⁶ Câmara dos Senhores Deputados, 18-01-1858, p. 150.

³⁷ Câmara dos Senhores Deputados, 13-03-1858, p. 151.

produzidos por distintos sectores; desde dos operários do Arsenal da Marinha, passando pelos operários da Cordoaria Nacional até algumas câmaras municipais e comunidades fabris, como foi o caso da Câmara Municipal de Alverca e dos habitantes de Vialonga, que pretendiam alertar os deputados para que a diminuição dos direitos de importação de soda ia forçar o despedimento de operários na fábrica de soda dessa comunidade. Outro curioso requerimento é redigido pelos operários de Aveiro que pretendiam inaugurar um curso nocturno de instrução primária. De facto, vários deputados dão voz ao mundo operário nas duas câmaras liberais. O próprio Código Penal de 1852 foi criticado por um deputado ligado ao movimento operário, nomeadamente o ponto 2.º do artigo 277.º que previa a punição com prisão e uma multa a

toda a coligação entre os indivíduos de uma profissão, ou de empregados em qualquer serviço, ou de quaisquer trabalhadores, que tiver por fim suspender, ou impedir, ou fazer subir o preço do trabalho.³⁸

O deputado em questão era Casal Ribeiro, que levantava a sua voz para afirmar ao parlamento que tal artigo apenas afirmava o seguinte ao operário: “tu não podes pedir o aumento do salário, não podes reunir-te e coligar-te para estabelecer qualquer condição a esse respeito”³⁹.

Há, efetivamente, uma informação multifacetada sobre o mundo operário nos debates parlamentares, o que permite reforçar a ideia de que ele era bastante debatido nesta época. Era recorrente os deputados fazerem discursos em torno da importância da instrução das camadas operárias e do desenvolvimento da indústria, o que contribuía, na óptica dos deputados, para o desenvolvimento do País. Deste modo, não é de estranhar que o deputado Nogueira Soares exclame no parlamento ser “essencial que se estabeleçam escolas do ensino prático para habilitar os indivíduos das classes laboriosas a exercer indústrias proveitosas ao País para o desenvolvimento da riqueza pública”⁴⁰. Portanto, não é, igualmente, de estranhar que haja também, por parte de alguns deputados, um receio da emigração de operários para países estrangeiros, bem como a tentativa de os aliciar a rumar às colónias oferecendo certas vantagens.

³⁸ Código Penal de 1852, p. 80-81. Disponível em:

<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1265.pdf>

³⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 14-04-1853, p. 176.

⁴⁰ Câmara dos Senhores Deputados, 13-04-1857, p. 129.

Por fim, não deve ser ocultado que vários deputados acabam por ingressar no movimento associativista operário (caso de Casal Ribeiro e de António Rodrigues Sampaio) e desse modo, algumas práticas deste movimento operário começam a ser debatidas no interior do parlamento, como é o caso do associativismo e das ideias socialistas. De facto, começa a ser visível com o decorrer da investigação alguma articulação entre o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas e o parlamento. Assim, não é de admirar que este importante Centro seja encarado por um deputado, em 1890, como o “grande núcleo associativo que então existia em Lisboa”⁴¹, dando-se a conhecer que António José de Ávila convidou o Centro a elaborar a primeira estatística das associações de socorros mútuos, um trabalho que foi mesmo apresentado no Congresso de Berlim. Era a outra face do projecto de candidatura operária sustentada pelos mesmos círculos ligados ao *Eco dos Operários* e ao Centro Promotor.

Conclusões preliminares

Em primeiro lugar deve-se concluir que neste período cronológico a questão social adquire elevada proeminência, quer no movimento operário, quer no parlamento liberal. Ou seja, a questão social que foi durante décadas encarada pela historiografia através do olhar desta geração socialista é transversal à sociedade. De facto, os males sociais infringidos a uma sociedade em que existia um mundo operário em expansão são, em grande medida, um vector que faz despontar uma discussão pública em torno do mundo operário. Desse modo, não é de estranhar que o mundo operário seja debatido publicamente, quer em periódico, quer nos debates parlamentares. Há, de facto, uma discussão em torno do mundo operário e das ideias que esta geração de socialistas representava. Este debate e discussão parece encaixar no conceito de *esfera pública* de cariz habermasiano, como também na esfera da política popular defendida por outros historiadores na senda de E. P. Thompson. É interessante começar a verificar que se registavam ecos das práticas que o movimento operário apologizava no debate parlamentar, nomeadamente, o associativismo e as ideias socialistas. Esta correlação não deixa de ser parte integrante, e importante, da história do movimento operário português.

Em segundo lugar, é de concluir que estamos perante um movimento operário totalmente embebido no contexto histórico internacional. Há, de facto,

⁴¹ Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1890.

ecos internacionais patentes no *Eco dos Operários*. Assim, são difundidos vários socialismos que, todavia, contêm em comum um forte traço ordeiro face ao poder vigente. O afamado lema dos revoltosos de Lyon, de 1831, “viver trabalhando ou morrer combatendo” é recordado pelo *Eco* como um aviso da necessidade de reforma e de garantir o direito ao trabalho, visto que esse era um meio eficaz de pacificar a sociedade. Por fim, é de frisar que a ideia de associação é vital para compreender esta geração de socialistas portugueses, pois esta forma organizativa é encarada como a forma de organizar a vida social, política, económica e até industrial do País.

Por fim, é imperativo continuar a romper com uma análise unidimensional e homogénea enclausurando o movimento operário, em benefício de um estudo multidimensional com a pluralidade e as configurações que daí resultam. De facto, o estudo do movimento operário é indissociável do estudo do poder e do sistema político vigente, dos debates parlamentares, do debate na esfera pública e do próprio espaço público.

Fontes e bibliografia:

Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.

Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1829.pdf>

A Esmeralda: Semanario Universal, 1850-1851.

Eco dos Operários, 1850-1851.

Disponível em: <http://purl.pt/13464>

Debates Parlamentares, Imprensa Nacional, 1850-1860.

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional).

Bastien, Carlos, “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”. *Vértice*, II Série, n.º 79, 1997, pp. 34-49.

Carneiro, Maria do Nascimento Oliveira, “Heranças da Revolução Francesa: O Eco dos Operários”. *Actas do Colóquio: A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Universidade do Porto, 1992, pp. 63-73.

Castro, Armando, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*. Porto, Limiar, 1978.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX”. In Vieira, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2003, pp. 53-64.

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I. 298

Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I – Cronologia*. Mem Martins, Europa-América, 1980.

Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. II – Os primeiros congressos operários*. Mem Martins, Europa-América, 1980.

Habermas, Jurgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge-Massachusetts, The MIT Press, 1961.

Lázaro, João, “Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal”. *Vértice*, n.º 164, 2012, pp. 23-34.

Lázaro, João, *O despontar do movimento operário português na esfera pública: das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa. Chiado Editora, 2014.

Madureira, Nuno Luís (coord.), *A História da Energia. Portugal 1890-1980*. Livros Horizonte, 2005.

Pereira, Miriam Halperm, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa. Editorial Presença, 1993.

Rancière, Jacques, *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa, Antígona, 2012.

Sá, Victor de, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa, Seara Nova, 1974.

Sá, Victor de, “A subida ao poder da burguesia em Portugal”. *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5, 1988, pp. 245-252.

Sardica, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Viseu, ICS, 2001.

Tengarrinha, José, *História da imprensa periódica em Portugal*. Lisboa, Portugália Ed. Imp, 1965.